

# O lugar da Amazônia desenvolvimento

Para consolidar os avanços do governo Lula é preciso incorporar a sustentabilidade ambiental, atribuir à região um papel que vá além do fornecimento de mão-de-obra e matérias-primas e altere o atual caráter predatório do uso dos recursos naturais

**Hamilton Pereira**

O governo Lula goza de uma imagem positiva perante a sociedade brasileira, como demonstram sucessivas pesquisas de opinião e processos eleitorais, sob diferentes aspectos: níveis de crescimento; geração de emprego e renda; elevação do salário mínimo; combate à pobreza e às desigualdades sociais e regionais; expansão do crédito para amplos setores populares e com ela a constituição de um mercado interno de massas; democratização do acesso aos serviços públicos como direito dos cidadãos; política exterior soberana, pacífica e atuante na articulação dos países do Sul, nos fóruns mundiais; defesa dos Direitos Humanos; reconhecimento e estímulo ao respeito à diversidade étnica e cultural do país etc.

Mas pode passar para a história como um governo que manteve o caráter predatório do uso dos recursos naturais que marcou os ciclos de

desenvolvimento anteriores, ao longo do século 20. Ou seja, não incorporou a dimensão da *sustentabilidade ambiental* à *cultura do novo ciclo*. É necessário tratar esse desafio com a dupla face com que ele se apresenta.

Em primeiro lugar, trabalhar com o rigor e a agilidade necessários, instrumentos relevantes de que dispõem o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, a Agência Nacional de Águas, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – (ICMbio), para incidir sobre o processo – o licenciamento ambiental e a outorga na área dos recursos hídricos num país que hoje sofre forte pressão sobre seus ativos ambientais, sob dois aspectos: a necessidade de construção e recuperação de obras de infraestrutura e a expansão dos campos de cultivo voltados para a produção de agroenergia por meio da tecnologia dos biocombustíveis.

Em ambos os casos é indispensável responder a uma questão de fundo: como a Amazônia brasileira será incorporada ao novo ciclo de desenvolvimento? Em termos concretos de políticas públicas em andamento: como conferir o equilíbrio entre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que consolida as ações do Estado brasileiro para dotar o país da infraestrutura necessária ao novo ciclo, e o Plano Amazônia Sustentável (PAS), que busca incorporar a ele a indispensável dimensão da participação popular e a sensibilidade socioambiental? Ou o Brasil vai atribuir à região, no século 21, o mesmo papel que vem sendo imposto a ela desde que os portugueses estabeleceram as bases do Forte de Santa Maria de Belém do Grão-Pará: qual seja, de fornecedora de mão-de-obra, energia e matérias-primas para o desenvolvimento das outras regiões do país, ou dos nossos parceiros comerciais estrangeiros?



# no novo ciclo de

Para responder adequadamente a essa questão de fundo é necessária uma ação coordenada e urgente, considerando o volume e a velocidade da expansão da economia no país e, particularmente, na região – registre-se que a região amazônica vem crescendo nos últimos anos a taxas superiores à média nacional. Assumir definitivamente como parte inseparável do novo ciclo a implementação do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) na Amazônia, numa ação coordenada com estados e municípios, com prazos e responsabilidades definidos entre os entes federados; agilizar e conferir maior rigor aos processos de licenciamento e outorga ambiental – temos legislação em vigor para alcançar esse objetivo; concluir no Congresso a tramitação do projeto que regulamenta o Art. 23 da Constituição Federal; investir no estímulo à recuperação de áreas degradadas em regiões já consolidadas e incorporá-las ao cultivo das três commodities que exercem maior pressão sobre os ativos ambientais da região: pecuária, soja e, em menor escala, cana-de-açúcar.

Em segundo lugar, comunicar com eficiência o que vem sendo realizado pelo governo por meio das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável. As

ações de comando e controle e as políticas estruturantes com o objetivo de “incorporar a sustentabilidade socioambiental à cultura do novo ciclo de desenvolvimento”. Para que o Brasil possa dizer ao mundo de maneira consistente: crescemos com democracia; crescemos com distribuição de renda; e crescemos utilizando com racionalidade e de forma soberana os recursos naturais de que dispomos.

O presidente Lula, há alguns meses, afirmou categoricamente na reunião da FAO, em Roma: “Os dedos que apontam os biocombustíveis como causa da crise de alimentos no mundo estão sujos de óleo e de carvão”. Poderíamos acrescentar: a especulação financeira criminoso jogou com a fome de milhões de seres humanos, em meados de 2008. Contribuiu de forma relevante para agravar, ao lado do subsídio ao etanol à base de milho sustentado pelo governo Bush, a escassez da oferta de alimentos. Tudo isso diante da indiferença dos condutores das economias centrais do capitalismo.

A partir de setembro a especulação sistêmica levou à bancarrota o sistema financeiro anglo-saxão, com as consequências conhecidas para toda a economia mundial. Em questão de dias

foi mobilizada uma impressionante montanha de recursos nas economias centrais do mundo, para salvar esse mesmo sistema financeiro causador da crise. Ou, como disse a economista Maria da Conceição Tavares: “O sistema circulatório do capitalismo entupiu. É preciso agir rápido para evitar a trombose...”

As forças de esquerda, por meio dos seus instrumentos institucionais – as bancadas na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais – e do diálogo com os movimentos sociais dos trabalhadores, devem realizar um esforço para incorporar a pauta do desenvolvimento sustentável ao debate na sociedade. Ela pode se tornar um elemento distintivo do ponto de vista programático com relação aos nossos adversários da direita. Esse esforço adquire maior relevância neste ano em que nos preparamos para avaliar os oito anos do governo Lula e seus significados para o Brasil e para o continente e para produzir a necessária atualização programática para as disputas em torno do novo projeto de país para o século 21. ✪

**Hamilton Pereira** (Pedro Terra) é militante do PT, ex-presidente da Fundação Perseu Abramo



Antonio Cruz / ABR



Jefferson Rudy / MMA



Antonio Cruz / ABR

# Modelo ideológico

Os programas e projetos de ocupação do “vazio” amazônico sempre foram pautados pelo mercantilismo, liberal e capitalista. Foram planos que pilharam a região e promoveram o desenvolvimento à custa de prejuízos ambientais

**Bernardo Ciro Lopes**

Esta Amazônia paradisíaca, “vazia”, “inóspita”, “selvagem”, morada e refúgio de gente e animais, de fome e abundância de alimentos, riquezas e misérias, odiada e desejada por grupos e governos de todo o planeta é nossa. É?

Dos produtos extraídos da Amazônia descrita como um paraíso por Américo Vespúcio, Pero Vaz de Caminha e José de Anchieta, as essências, especiarias, índios, madeira, ouro, mais recentemente a cassiterita, o diamante; nos dias de hoje a soja e a carne continuam numa via de mão única, a via da exportação, commodities. Os planos, os programas, projetos elaborados ideologicamente para a ocupação e preenchimento do espaço “vazio” amazônico, sempre tiveram a mesma batuta, mercantilista, eurocentrista, liberal, capitalista, e o de agora - neoliberalismo - pilhagem subsidiada, financia o nosso desenvolvimento predatório.

Qual é o legado positivo para os amazônidas que essas filosofias de momento econômico específico (Sudam, Supra, Basa, Suframa, Radam Brasil, Proterra, Polocentro, Polonoeste, Transamazônica, I e II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, Sivam, Sipam) deixaram?

Belém-Brasília e Transamazônica para assentar os camponeses pobres do Nordeste; BR-29, atual-364 e futura alimentadora da Transoceânica junto com a BR-163, para os expulsos pela mecanização e valorização das terras no Sul, Sudeste, Centro-Oeste. BRs válvulas para aliviar as pressões, estradas para o surto migratório rumo ao Norte, alterando a composição social e o modelo econômico da região amazônica até então extrativista.

A saga extrativista na Amazônia se encarregou de acentuar a mistura de cor e raça, o amálgama da composição social num espaço temporal aproximado de dezesseis décadas, de 1800 a 1960. O escravo negro, o comerciante branco, o índio, os seringueiros, os garimpeiros, os aventureiros e os operários de todas as partes do mundo que aportaram nessas terras compuseram um tecido social importante: o caboclo/ribeirinho, “raça forte”, em substituição ao “índio, um indivíduo com quem a civilização não pode contar”, como escreveu José Veríssimo.

A derrocada do preço da borracha forçou o Estado a repensar sua intervenção na região, a urbanização da sociedade brasileira, a industrialização, a necessidade da inter-regionalização



Claudio Santos / Agência Pundá



Antonio Cruz / ABr



MMA



Jefferson Rudy/MMA

econômica após 1930. Juscelino Kubitschek e seu modelo de circulação nacional penetra na Amazônia, e no dia 4 de julho de 1960, montado num trator de esteira, derruba a última árvore na divisa de Mato Grosso com Rondônia e desfila sobre o seu tronco, a BR-29 era real. Já na época se intencionava chegar até a fronteira do Acre com o Peru. Simbólico isso, não?! Em 1966 se dá a atual composição ideológica da segurança à ocupação dos espaços “vazios” na Amazônia. O Brasil tem pressa!

O minério, a Poloamazônica e o II PND chegam a Rondônia definitivamente e o modelo permanece até os dias atuais. Brascam, Itaú, Paranapanema, Dramim, Patino-Engradt, que substituíram a lavra manual da cassiterita pela mecanizada, causaram grande impacto ecológico e social em Rondônia. Na esteira dessa reorganização territorial nascem os polos minerais, madeireiros, agropecuários e de grãos na Amazônia, tudo subsidiado, sem levar em consideração os ecossistemas regionais. Era questão de urgência para aliviar as tensões sócias em terras “civilizadas” brasileiras.

Incra, PIN/Proterra programas de integração nacional e de redistribuição de terras para estimular a agroin-

dústria trazem a Rondônia os Projetos Integrados de Colonização (PICs) na década de 70, o “novo Eldorado”, o paraíso para as massas deserdadas de todas as regiões do Brasil. Com autorização oficial se inicia o “desbravamento das terras de Rondon”, com a recomendação de corte raso em 50% da área entregue pelo Incra! Enfim, a brutalidade do homem e do Estado versus “natureza bruta”.

Com essa formatação ideológica estendemos a nossa fronteira produtiva. Essa foi a lógica para a “ocupação”, mas a intenção oficial dos projetos foi o “amansamento” da floresta e seus perigos – índios, febre amarela, malária, leishmaniose e outros sujeitos, como os povos tradicionais “preguiçosos” e vulneráveis à “doutrina subversiva dos comunistas”. A Lei Federal nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, considera terras devolutas do Brasil, para o “desenvolvimento e segurança” da Nação, aquelas que se estenderiam por 17.855 quilômetros, 100 quilômetros de largo de cada lado, cobrindo assim 100% dos estados da Amazônia Legal, um total de 3.571.000 quilômetros quadrados, 70% da Amazônia. Pensamento filosófico do Estado na década de 60 e em muitas questões em marcha até os dias atuais.

O Polonoroeste/Polocentro, na década de 70, tinha como meta produzir e escoar a soja por meio do complexo viário BR364–Madeira–Amazonas–Ásia–Amsterdã. Em 1984 o asfalto da BR-364 foi inaugurado, meta atingida. O principal produto no dorso dos caminhões indo sentido Rio Madeira é a soja, de Rondônia para o Atlântico carne e madeira (60% extraído em corte raso), rumando para Europa e levando dezenas de milhares de fontes, igarapés, espécies vegetais e animais do nosso ecossistema sem ao menos sabermos qual o valor ambiental e econômico disso. A nação que permite a espoliação de um dos seus grandes tesouros, a água, é manca! Ou a expansão da cultura da soja não seca as fontes, polui os igarapés, assoreia os rios? A quem vamos queixar a reparação; aos importadores?

Como a proposta aqui é visitar o passado para uma reflexão do futuro, não cabem gráficos sociais ou econômicos, mas a denúncia de Euclides da Cunha no início do século 20 sobre a semiescavidão dos seringueiros nordestinos na Amazônia continua atual. Cabe registrar, as ocorrências ainda hoje nas propriedades rurais, nas serrarias clandestinas, na exploração do trabalho do “gato” (empreiteiro),

## *Se nada for feito para coibir o desmatamento, até 2013 a Floresta Nacional será reduzida à metade e até 2021 só haverá um imenso pasto no lugar*

dos juqueiros (roçadores de matas, capoeiras e pastagens) são tão desumanas hoje quanto há um século. Visitar Alberto Rangel, Euclides e José Veríssimo, acho que nos remete à reflexão do que não devemos fazer neste início de milênio.

A diferença hoje para os de “raça forte”, “ser superior”, no “paraíso” ou “inferno verde”, como queiram compreender a Amazônia de ontem e a destes dias, para o acometido de malária ou acidente são a ambulância e as novas drogas disponíveis. Na época dos barracões, o paciente era amarrado no fundo da rede, hoje há as macas e os corredores dos hospitais públicos, com sua capacidade ultrapassada em até três vezes. Esse é um dos problemas permanentes nas cidades amazônicas. Uma nação soberana cuida soberanamente de suas riquezas, dentre elas seu povo, uma lacuna ainda não reparada. É possível ver no horizonte a proximidade de um mundo sustentável?

Ação recente do Estado para coibir o desmatamento e a exploração da madeira de forma irregular no arco de fogo – Pará, Mato Grosso e Rondônia – deixa às claras a ineficiência dessas operações sem o acompanhamento de uma política que substitua os modelos adotados até agora. Desempregar milhares de operários das serrarias que anos a fio têm essa mesma ocupação profissional com ato de repressão é incompreensível para os dias atuais e para o governo petista. Qual é a proposta nova que vem para amainar o “prejuízo econômico, social” e ambiental? Se, por um lado, os municípios sofrem a demanda social causada

pelos trabalhadores das serrarias, também não resistem ao fechamento de comércios, oficinas, tornearias, que fazem parte dessa cadeia produtiva e geram muitos empregos e renda, de baixa qualidade, mas melhor que nada ou a juquira.

Não cabe na cabeça de 80% dos agricultores familiares, de serradores, que é crime o que até então foi incentivado pelos governos “desenvolvimentistas” da região e da Nação. A madeira como riqueza posta por Deus para o homem exportar, gerar divisas, é uma questão cultural, legado do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) do general Ernesto Geisel, que incendiou Rondônia, grande parte do norte de Mato Grosso, sul do Pará.

O sistema de repressão contra o desmate e a exploração da madeira que amansa a terra para o boi que traz o pasto, que destoca para a soja, é estéril; vejam os números do desmatamento em Rondônia 2007-2008.

O Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) verificou avanço no desmatamento em duas unidades de conservação rondonienses. A Reserva Extrativista (Resex) Rio Jaci-Paraná teve mais 4 mil hectares desmatados e, com isso, já possui 22% de sua floresta derrubada. A Floresta Nacional (Flona) do Bom Futuro registrou aumento de 9 mil hectares de desmatamento, no período (julho de 2007 a julho de 2008), o total de área desmatada já chega a 77 mil hectares, ou seja, 28% de seus 271 mil hectares. Os analistas estimam que, se nada for feito para coibir o avanço do desmatamento, até 2013 a Flona será reduzida à metade e até 2021

só haverá um imenso pasto no lugar (tudorondonia.com.br).

O peso dessas atividades “marginais” na economia local é importante demais nos dias atuais, as madeiras ainda respondem por 25,2% da riqueza industrial de Rondônia, a produção moveleira, 7,7%. A pecuária, por outros 15,30% do PIB e ocupa cerca de 120 mil propriedades. A produção de soja cresceu 655% no ciclo 2006-2007 e avança forte no sul do estado. Já comentei nesta revista, edição 20, essa situação. Quais as alternativas em curso?! Estatal nenhuma, infelizmente, ou pelo menos não chega com a mesma força que a repressão compreensível do Ibama e da PF. O PAS e o Território da Cidadania do governo federal concretamente não aparecem; o Zoneamento Socioeconômico Ambiental do Estado é desrespeitado até pelos deputados estaduais. Iniciativas isoladas buscam novas formulações para um modelo diferente, modelos de sustentabilidade promissores que não reverberam nos palácios. No caso de Rondônia, fere de morte o atual governador Ivo Narciso Cassol.

Estamos neste momento chamando a todos os envolvidos neste ciclo a inaugurar um grande debate, a rebuscar dentro de nós a visão de um futuro limpo, do lucro generoso e distribuído, à sustentabilidade antes da morte, um modelo para preservar a vida, um novo mundo neste mundo novo, econômico e socialmente justo para amazônidas e brasileiros, buscamos o “graal” da nova Amazônia. ✚

**Bernardo Ciro Lopes** é secretário estadual de Organização do PT-Rondonia



# Um país florestal

A ocorrência de eventos climáticos extremos, resultado direto da aceleração do aquecimento global, mostra a urgência e a importância da luta pela proteção do meio ambiente como forma de manter a própria humanidade

**Marina Silva**

**N**ão faz muito tempo, os ambientalistas eram amiúde acusados de catastrofismo, supostamente por bater sempre na mesma tecla: a denúncia da degradação ambiental e a demanda por maior proteção ao meio ambiente.

De uns tempos para cá essa postura desqualificadora parece ter perdido fôlego. Afinal, as catástrofes se sucedem, a aceleração do aquecimento global aumenta a ocorrência de eventos climáticos extremos e a proteção ambiental já é consenso de sobrevivência para a humanidade.

Como efetivar a proteção é um tema que sempre remete à relevância e pertinência de manter a integridade dos ecossistemas ainda preservados. Aí o embate ainda é feroz, sobretudo no caso das florestas, pois entra em cena o argumento do “desenvolvimento” e da necessidade de “novas áreas para a produção”.

O Brasil está no centro dessa discussão. Somos um país florestal. Nossas florestas ocupam 56% do território,

num total de 4,8 milhões de quilômetros quadrados. Elas representam 10% das florestas mundiais e fazem do país o segundo maior detentor de florestas no mundo.

De acordo com dados de 2005, as florestas são responsáveis pela geração de 4 milhões de empregos diretos e indiretos, 6% das exportações e 4% do PIB. Além disso, cerca de 5 milhões de extrativistas têm nessas florestas sua base de reprodução material e social. Os produtos nelas gerados são fundamentais para a existência de importantes cadeias produtivas, como a de madeira sólida, chapas e compensados, papel e celulose, siderurgia e carvão vegetal, resinas e óleos, cosméticos e fármacos e alimentos.

As florestas ainda prestam serviços ambientais altamente relevantes para a vida no planeta, a exemplo da manutenção das chuvas, a regularidade do ciclo hidrológico, o equilíbrio climático, o armazenamento de carbono nas árvores, a conservação da biodiversidade, dos mananciais, da

fertilidade do solo e das paisagens.

A produção agrícola é altamente dependente da oferta de água de boa qualidade. Para se ter uma ideia, são necessários 15 mil litros de água para produzir 1 quilo de carne bovina, 2 mil litros para 1 quilo de frango, 800 litros para 1 litro de leite e mil litros para 1 quilo de milho. A perda de florestas e a utilização inadequada do solo estão reduzindo drasticamente as áreas agricultáveis em várias regiões do mundo. Um terço da superfície da Terra, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), sofre com problemas ligados à desertificação, afetando 1 bilhão de pessoas e 20% da produção mundial de alimentos. No Brasil esse problema atinge uma área de quase 1 milhão de quilômetros quadrados, na Região Nordeste e no norte de Minas Gerais.

A ONU afirma que a falta de água potável é responsável por 80% das mortes nos países pobres. As chamadas doenças de veiculação hídrica, como febre tifoide, leptospirose e cólera, já estão entre as causas mais

comuns de morte no mundo e afetam mais os países em desenvolvimento.

Esses dados ajudam a ter uma ideia bem concreta do que está em jogo quando se fala em desmatamento, fonte de cerca de 20% das emissões globais atuais e de 75% no caso brasileiro. Daí é fácil entender o erro de fundo que persiste nas análises artificialmente centradas numa alegada incompatibilidade entre boa performance econômica e proteção ambiental. Ao contrário, a realidade mostra que a proteção ambiental e o uso inteligente dos recursos naturais é condição inarredável para a solidez da

mento global e a intensidade da poluição urbana, rural e industrial, que levam a uma situação de dramática redução da quantidade de água disponível para cada pessoa no mundo.

Além de proteger os mananciais e regular o sistema climático, as florestas são fundamentais para a proteção das cidades contra enchentes e inundações, como as que ocorreram em Santa Catarina recentemente. Nesse caso, os prejuízos foram muito altos e mais caros do que os investimentos para conservar as florestas nas regiões críticas. Os números oficiais informavam, até meados de dezembro de

de todas as que existem no mundo), muitas delas endêmicas; 524 espécies de mamíferos; mais de 3 mil espécies de peixes de água doce; entre 10 milhões e 15 milhões de insetos; e mais de 70 espécies de psitacídeos: araras, papagaios e periquitos. Quatro dos biomas mais ricos do planeta estão no Brasil: Mata Atlântica, Cerrado, Amazônia e Pantanal. Todos eles sob sérios riscos de destruição.

Com o foco apenas sobre a Amazônia – da qual 60% estão em território brasileiro –, vemos que nesse bioma se encontram 30% de todas as florestas tropicais remanescentes no mundo, se

## *A preservação das florestas vai muito além do seu valor econômico, social para sustentar e dar identidade a diversos processos culturais, sobretudo*

economia. A crise climática global é de tal monta que, segundo o relatório Stern de 2006, o mundo pode perder 20% do PIB se nada for feito para deter os efeitos das mudanças do clima.

Se pensarmos apenas no uso mais nobre da água, que é a oferta em boas condições para o consumo humano, o impacto do desmatamento na redução dessa oferta é grave, sobretudo porque se trata de um recurso cada vez mais escasso, em razão de processos continuados de degradação e mau uso. A água doce para consumo humano corresponde a cerca de 3% da água do planeta, mas não está ao alcance da mão. Mais da metade (68,7%) está congelada nas geleiras e glaciares e 30,1% encontram-se em reservatórios subterrâneos. Menos da décima parte daqueles 3% está na superfície, em lagos, nascentes, rios e pântanos.

Os mananciais estão secando a uma velocidade muito preocupante, principalmente se levarmos em conta o aumento da população, o aqueci-

mento global e a intensidade da poluição urbana, rural e industrial, que levam a uma situação de dramática redução da quantidade de água disponível para cada pessoa no mundo. Além de proteger os mananciais e regular o sistema climático, as florestas são fundamentais para a proteção das cidades contra enchentes e inundações, como as que ocorreram em Santa Catarina recentemente. Nesse caso, os prejuízos foram muito altos e mais caros do que os investimentos para conservar as florestas nas regiões críticas. Os números oficiais informavam, até meados de dezembro de

2008, a morte de 122 pessoas e outras 29 desaparecidas, além da existência de 33.475 desalojados e desabrigados. Estima-se que cerca de 1,5 milhão de pessoas tenham sido afetadas pelas enchentes em todo o estado. Somente a paralisação do Porto de Itajaí acarretou a perda de US\$ 350 milhões em apenas dez dias sem operação.

O mundo está perdendo cerca de 200 quilômetros quadrados de florestas por dia, área correspondente a vinte estádios do Maracanã. Somente no último ano perdemos quase 12 mil quilômetros quadrados da floresta amazônica, já reduzida em 18%. Da Mata Atlântica só restam 7% e apenas 20% do cerrado permanece bem preservado.

A par de todos os efeitos danosos à qualidade de vida no planeta, a perda de florestas acarreta também a perda de biodiversidade. O Brasil é campeão absoluto de biodiversidade terrestre, reunindo quase 12% de toda a vida natural do planeta. Concentra 55 mil espécies de plantas superiores (22%

abriga em torno de um terço da biodiversidade global e estão fixadas mais de uma centena de bilhões de toneladas de carbono. Sua importância para o equilíbrio do planeta é inequívoca. Abriga, ainda, expressivo conjunto de populações tradicionais com riquíssima diversidade cultural. São cerca de 220 povos que falam 180 línguas e têm sua sobrevivência física e cultural intrinsecamente ligada à existência da floresta.

Estudo recente da ONU indica que o desmatamento da floresta tropical pode causar prejuízos de US\$ 1 trilhão ao Brasil e a outros países latino-americanos, nos próximos cinquenta anos, em decorrência dos prejuízos no setor agrícola, causados pela redução das chuvas. Para se ter uma ideia da magnitude dessa informação, o Instituto de Pesquisas da Amazônia estima que a floresta amazônica seja responsável pela evaporação de 20 bilhões de toneladas de água todos os dias. A bacia amazônica é o maior, mais dinâmico e mais poderoso sistema hidrológico de

águas continentais, detentor de 11% das reservas de água doce no mundo. Aproximadamente 20% da água doce despejada nos oceanos pelos rios, em todo o planeta, é da Amazônia. Sua vegetação libera a cada ano, como vapor de água, cerca de 7 trilhões de toneladas para a atmosfera.

A América do Sul, em geral, e o Brasil, em particular, apresentam excelentes condições para a agricultura e produção de energia hidrelétrica graças à abundância de chuvas que irrigam o continente, a leste dos Andes. Seguindo a tendência natural da circulação planetária, imensas áreas

vida e seus elaborados mecanismos de ajuste e controle.

A preservação das florestas vai muito além do seu valor econômico, social e ambiental. Existe um valor intangível expresso por sua importância para sustentar e dar identidade a diversos processos culturais, sobretudo aos associados aos povos e comunidades tradicionais extrativistas, além do valor estético e paisagístico.

Nos últimos cinco anos o Estado brasileiro tem dado passos essenciais para a proteção de suas florestas, especialmente no caso da Amazônia. A partir do lançamento do Plano de Pre-

çar na implementação de políticas de desenvolvimento sustentável da região. Essa mesma abordagem deverá ser estendida aos demais biomas brasileiros, na perspectiva de proteger os remanescentes do cerrado, mata atlântica, caatinga, pantanal e pampas e de incorporá-los a uma nova visão de desenvolvimento para o país.

O Brasil não poderá aspirar ser uma nação desenvolvida sem suas florestas, recursos hídricos e diversidade biológica e cultural. Quando somos questionados sobre o desmatamento da Amazônia, muitos se sentem incomodados. Mas a crítica não só é natural

## *e ambiental. Existe um valor intangível expresso por sua importância aos associados aos povos e comunidades tradicionais extrativistas*

produtivas na região compreendida na faixa de Cuiabá a Buenos Aires e de São Paulo aos Andes – região onde estão 70% do PIB do continente –, poderiam se tornar zonas áridas, não fossem os “rios voadores” da Amazônia. Sem floresta, ficam ameaçadas a regularidade e a abundância das chuvas. Sem chuvas, ficam ameaçados amplos setores da economia e a sobrevivência das populações.

Com a floresta, a atmosfera protege, regula-se, conecta, favorece. Sem a floresta a atmosfera seria outra, extrema, oscilante, agressiva, pouco aconchegante. A floresta traz a água do mar, absorve a energia do sol, circula as massas úmidas através de brisas, filtra poluentes, recicla o gás carbônico.

Um deserto, uma vez instalado, pode durar eras geológicas. Se não submetidas à ação humana predatória, também as florestas duram muito. Um se mantém pela ação das poderosas forças geofísicas do vento e do sol, a outra se mantém pela obra e arte da

venção e Controle do Desmatamento da Amazônia, em 2004, quando a taxa de desmatamento atingiu seu segundo recorde histórico, 27 mil quilômetros quadrados, obteve-se uma redução de 57% até 2007, chegando-se a uma taxa de 11.532 quilômetros quadrados. Evitou-se, com isso, a emissão de 500 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> para a atmosfera. Medidas como o Decreto nº 6.321, impediram que o desmatamento subisse entre 30% e 40%, como previsto para 2008, o qual ficou em 11.968 quilômetros quadrados, ligeiramente acima do patamar de 2007. A partir desses bons resultados, o governo pode mudar sua posição histórica no âmbito da Convenção de Mudanças Climáticas, assumindo a meta de redução do desmatamento na Amazônia em 70% até 2017. Dessa forma deverá ser evitada a emissão de 4,8 bilhões de toneladas de dióxido de carbono.

Para cumprir esse importante passo, será necessário aprofundar as medidas estruturais em curso e avan-

como desejável. Deveria ser vista como uma espécie de interpelação ética feita em nome das gerações futuras.

É pertinente o questionamento vindo dos países que já destruíram suas riquezas naturais. É legítima sua preocupação, hoje, a respeito do impacto de nossas escolhas sobre o destino de todos, desde que façam também sua parte. Embora o desafio que lhes é colocado não diga mais respeito à preservação de grandes extensões de florestas em seus territórios, ele é crucial para o destino da humanidade, já que impõe mudanças estruturais num modelo de produção e de consumo insustentável, que impulsiona a degradação ambiental e social em escala global.

No passado, ouro e petróleo eram considerados tesouros. Agora sabemos que os verdadeiros tesouros são água, solo, ar, biodiversidade. ✪

**Marina Silva** é senadora da República pelo PT-AC